

Vozes da História: Contribuições da História Oral à Pesquisa Organizacional

Autoria: Elisa Yoshie Ichikawa, Lucy Woellner dos Santos

RESUMO: A partir da Segunda Guerra Mundial, a combinação de novas tecnologias de imagem e som e a necessidade de propor novas formas de captação das experiências vividas durante o conflito popularizou o uso das entrevistas gravadas. Isso impulsionou o desenvolvimento da metodologia da história oral. O objetivo deste artigo é o de mostrar as contribuições da história oral para os estudos organizacionais de cunho qualitativo, através de uma metodologia que privilegia a história do tempo presente. Para tanto, neste texto descreve-se a trajetória da história oral desde o final dos anos 1940, nos Estados Unidos, até os dias atuais no Brasil. Apesar da divergência que existe na literatura – se ela é uma técnica, uma metodologia ou uma disciplina – defende-se aqui o *status* da história oral como metodologia. Com esse pressuposto, o artigo procura descrever em que consiste essa metodologia, apresentar a técnica da entrevista de história oral, as diversas formas de transcrição e as suas possibilidades para a compreensão da vida organizacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os Encontros Anuais da ANPAD têm contemplado discussões muito ricas sobre novas formas de se olhar e abordar os estudos organizacionais. Questões teóricas e metodológicas contemporâneas têm surgido com bastante força, com ênfase em metodologias qualitativas, como interacionismo simbólico, etnografia, *grounded theory*, além de discussões sobre conceitos como o de cultura, identidade, imaginário, etc.

É dentro desse contexto e dessa pluralidade de enfoques que este artigo se insere, trazendo para discussão as possibilidades do uso da história oral dentro dos estudos organizacionais. Se até a algum tempo atrás, a Administração se voltou preponderantemente para estudos quantitativos, a valorização recente dos estudos de cunho mais qualitativo obrigou os pesquisadores da área a se voltarem para disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, principalmente a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia.

Talvez por ser entendida, equivocadamente, como “estudos sobre fatos passados”, já acontecidos e analisados muitas vezes dentro de uma cronologia insípida, a História, de uma forma geral, sempre foi relegada pelos estudiosos das organizações. E sendo a Administração uma disciplina um tanto quanto pragmática e voltada principalmente para o presente e para o futuro, possivelmente ela nunca tenha se interessado em compreender e analisar historicamente o contexto organizacional vivido.

O objetivo deste artigo, portanto, é o de mostrar que a História pode enriquecer mais ainda os estudos organizacionais, através de uma metodologia que privilegia a história do tempo presente, através da narrativa dos sujeitos sociais: a história oral. Este texto mostra que, em grande parte, a história oral tem privilegiado “vozes” esquecidas pela história oficial: os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários. Se uma visão de organizações mais democráticas, com maiores perspectivas de participação de uma diversidade de grupos ou de grupos de empregados menos privilegiados não é utópica, a história oral pode ser uma maneira de criar um canal de comunicação e ouvir esses segmentos. Ouvir suas reivindicações, angústias, sugestões, críticas e apreender seus pontos de vista pode contribuir para uma melhor compreensão da vida organizacional contemporânea.

O QUE É A HISTÓRIA ORAL

A história oral é uma história do tempo presente, pois implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral. Nesta medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito de História, mas, mais do que isto, ela garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem.

Ela é uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio exclusivo da documentação escrita e oficial. Ela se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida mantendo um compromisso com o contexto social. A base da história oral é o depoimento gravado; portanto, os três elementos que constituem a condição mínima da história oral são: o entrevistador (que pode ser mais de um), o entrevistado (que podem ser vários), e a aparelhagem de gravação (que pode ser apenas de som, como também de imagem, com filmagens, envolvendo outros participantes, além do entrevistador, e com outras implicações).

A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e com a publicação dos resultados os quais, regra geral, devem, *a priori*, voltar aos entrevistados para revisão.

Para Bom Meihy (1996) há três modalidades de história oral: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Na história oral de vida o sujeito tem maior autonomia para dissertar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal; a ele é dado espaço para que sua história seja encadeada segundo a sua vontade. Na história oral temática há maior objetividade: a partir de um assunto específico e preestabelecido, busca-se o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido. Ela tem características bem diferentes da história oral de vida, pois detalhes da vida pessoal do narrador apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central. Na tradição oral, o foco é a permanência dos mitos, a visão de mundo de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais asseguradas em referências do passado remoto, que se manifestam pelo folclore e pela transmissão geracional (Bom Meihy, 1996).

A grande potencialidade da história oral, segundo Freitas (2002), é que ela permite a integração com outras fontes, a confrontação entre as fontes escritas e orais e sua utilização multidisciplinar.

Assim teve início...

A primeira experiência da história oral como atividade organizada é de 1948, quando o professor Allan Nevis lançou *The Oral History Project* na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Isso se deu depois da Segunda Guerra Mundial, quando a combinação de avanços tecnológicos com a necessidade de propor novas formas de captação de experiências importantes como as vividas então por combatentes, familiares e vítimas dos conflitos passou a indicar uma nova postura dos pesquisadores em face das entrevistas (Bom Meihy, 1996).

Nessa época, o rádio já era um importante meio de divulgação e as entrevistas tornaram-se populares. O jornalismo, portanto, deu um auxílio significativo para o avanço da história oral. Os primeiros programas de entrevistas visavam pessoas de destaque e apenas mais recentemente é que os grupos menos favorecidos começaram a integrar a ordem de

prioridades dos pesquisadores. As revistas e jornais ajudavam a divulgar os depoimentos, juntamente com as fotografias de quem os narrava (Bom Meihy, 1996).

Do outro lado do Atlântico, na Inglaterra, alguns movimentos ajudaram no avanço da história oral. À medida que a África colonial caminhava para a independência, suas nações necessitavam de uma história própria. A partir da década de 1950, liderados pelo estudioso belga Jan Vansina e pelos ingleses John Fage e Roland Oliver, os historiadores começaram a coletar seu próprio material oral, juntamente com os antropólogos, com eles trocando experiências de métodos e de interpretação. Além disso, a chegada ao poder do movimento operário, com o governo trabalhista de 1945, acarretou um interesse muito grande pela história operária, acompanhado de um grande entusiasmo pela classe trabalhadora na Grã Bretanha (Thompson, 1992).

Para Thompson (1992), contudo, a influência fundamental veio mediante uma nova sociologia da década de 1950, preocupada não só com a pobreza, mas também com a cultura da classe operária e com a comunidade em si mesma. Alguns desses estudos, como *The Family Life of Old People*, de autoria de Peter Townsend e *Education and the Working Class*, de Brian Jackson e Dennis Marsden, utilizam memórias individuais da classe operária em suas análises. Essa convergência entre a Sociologia e a História, foi estimulada pela instalação de novas universidades na década de 1960, com suas experiências interdisciplinares e com a rápida expansão de uma Sociologia que demonstrava crescente interesse pela dimensão histórica na análise social.

De lá para cá, a história oral tem crescido rapidamente em todo o mundo. O *boom* da história oral nos Estados Unidos se deu no final dos anos 60 e início dos 70, e originou a *Oral History Association* em 1967, com sua publicação anual *Oral History Review*. Houve uma proliferação de programas de história oral em outras universidades americanas (UCLA, Berkeley), centros de pesquisa e instituições ligadas aos meios de comunicação. Nesse país ainda hoje existem importantes projetos governamentais, mas dizem respeito principalmente às Forças Armadas e à experiência de guerra. Em consequência, o financiamento privado tem sido preponderante, com ênfase no registro exatamente daquelas pessoas que mais provavelmente deixarão registros escritos, as elites nacionais e locais. Para Thompson (1992) os padrões de patrocínio – e os pressupostos políticos a eles subjacentes – têm sido fatores fundamentais na forma assumida pelas pesquisas utilizando história oral nos Estados Unidos.

Na Inglaterra, a *Oral History Society* constituiu-se em 1973 e, em menos de seis anos, tinha perto de seiscentos membros. A história oral inglesa cresceu onde subsistia uma tradição de trabalho de campo dentro da própria História, como a história política, a história operária e a história local, ou onde os historiadores têm entrado em contato com outras disciplinas de trabalho de campo, como a Sociologia e a Antropologia. A visão inglesa de história oral é de que é preciso romper com a idéia de que a pesquisa histórica é propriedade dos historiadores, uma vez que os trabalhadores e pessoas comuns também podem fazer história. Apesar desse perfil inovador, o financiamento à pesquisa diminuiu na Inglaterra a partir da recessão econômica da década de 1970, comprometendo o avanço da história oral, que só instituiu seu *National Sound Archive* na década de 1980, enquanto que em países como Canadá, Austrália ou Estados Unidos os arquivos estatais iniciaram a coleta de material de história oral desde a década de 1950 (Thompson, 1992).

Na América Latina, em grande parte dos países, as primeiras iniciativas com projetos de história oral partiam do pressuposto de que havia a necessidade de se “fazer uma outra história”: aquela dos iletrados, dos vencidos, dos marginais e das diversas minorias, como negros, mulheres e operários. Na Costa Rica, de 1976 a 1978, a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional organizou o primeiro concurso nacional de autobiografias de camponeses. No Equador, na Bolívia e na Nicarágua, realizaram-se na mesma época pesquisas orais sobre o mundo camponês. Na Argentina, o restabelecimento da

democracia em 1983 levou à multiplicação de projetos orais (Schwarztein apud Joutard, 2001). O Brasil é um caso à parte.

A história oral no Brasil

Na visão de Bom Meihy (1996) a história oral tardou a se desenvolver no Brasil por causa de dois fatores: a falta de tradições institucionais não-acadêmicas que se empenhassem em desenvolver projetos registradores das histórias locais e a ausência de vínculos universitários com os localismos e a cultura popular.

Além disso, para o autor, os compromissos internos a cada disciplina universitária, como a Sociologia e a Antropologia, ficaram marcados muito fortemente, impossibilitando o diálogo entre os campos que tratavam de depoimentos, testemunhos e entrevistas. Quando a história oral despontou como opção no Brasil, mostrou-se suscetível de ser filtrada pela universidade apenas quando as fronteiras disciplinares perderam seus exclusivismos, já sob a luz do debate multidisciplinar (Bom Meihy, 1996).

No plano internacional, a história oral fluiu nos anos 60 motivada pela contracultura e combinada com os avanços tecnológicos que, na esteira das pesquisas espaciais, estiveram atentas à gravação de sons, fotografias e outras formas de registros visuais e auditivos. No Brasil, o golpe militar de 1964 coibiu projetos que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos, havendo um descompasso com o movimento que ocorria em outros países.

Para Bom Meihy (1996) foi somente com a abertura política, no início dos anos 1980 que houve possibilidades de se recuperar o tempo perdido. Museus, arquivos, grupos isolados e principalmente a academia manifestavam certa ansiedade expressa na busca de entendimento para promover debates em torno da história oral.

Antes disso, em 1975, houve um esforço motivado pela Fundação Ford que juntamente com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro tentou, sem sucesso, estruturar uma organização ampla e de alcance nacional. Mas, por que uma fundação estrangeira teria o desejo de abrir uma área “nova” de produção de estudos no Brasil?

Na realidade, México e Brasil foram os países escolhidos pela Fundação Ford. São os dois maiores países da América Latina, e no caso do Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo golpe militar de 1964 se afigurava como alternativa a ser imitada e, para isto, valeria a pena, aos olhos estrangeiros, estudos. Depois de 1959, com a chegada de Fidel Castro ao poder, os Estados Unidos começaram a olhar para o continente com preocupação, e constataram que a concessão de recursos poderia permitir que experimentos intelectuais fossem tentados, porém dirigidos no sentido de prevenir o advento de novos focos comunistas (Bom Meihy, 1996a).

Dessa aventura resultou um programa pioneiro de história oral brasileira, dos mais importantes em vigor desde a década de 1970, no CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro, que passou a captar depoimentos da elite política nacional. Pelo modelo importado, inspirado no *Oral History Program*, da Universidade de Columbia, e contextualizado nos anos pesados da ditadura política, o Programa de história oral do CPDOC não atingiu o público, apesar de passar a ser referência obrigatória para qualquer estudo sobre história oral brasileira (Bom Meihy, 1996; 1996a).

O patrocínio da Fundação Ford não conseguiu superar os entraves gerais ao desenvolvimento da história oral em nível amplo no Brasil. Em um período em que “dar depoimentos” era algo perigoso, porque confundido com “prestar declarações”, não seria possível realizar projetos que tinham como alvo primordial as narrativas pessoais e versões muitas vezes comprometedoras e incômodas. Por lógico, apenas dois tipos de registro se

viabilizaram então: 1) estudos voltados ao passado remoto e com níveis de desconexão do presente e 2) trabalhos sobre as elites instaladas no poder (Bom Meihy, 1996a).

Não faltaram críticas ao CPDOC sobre o exclusivismo com trabalhos sobre a elite política. Nos anos 1980, buscou-se então aliar à experiência norte-americana, que inspirou o projeto, fundamentos dos pressupostos europeus. A nova esquerda inglesa e sua proposição de dar voz aos vencidos e a Nova História francesa, deram uma dinâmica até então inexistente para a história oral brasileira (Bom Meihy, 1996a).

Nos anos 1990, a história oral experimentou no Brasil uma expansão quantitativa mais significativa. A multiplicação de seminários e a incorporação da disciplina em cursos de pós-graduação são indicativos importantes da vitalidade e do dinamismo da área. Em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral e a publicação de seu Boletim tem estimulado a discussão entre pesquisadores e praticantes de história oral em todo o país (Ferreira e Amado, 2001).

Na visão de Ferreira e Amado (2001), qualitativamente também houve mudanças na produção recente ligada à história oral no país. No início dos anos 1990, havia forte presença da comunidade acadêmica nos projetos de história oral, sendo pouco expressiva a participação de grupos sindicais, associações de moradores, empresas ou mesmo arquivistas. Havia uma maioria absoluta de historiadores e apesar das pesquisas junto a minorias ou a grupos menos favorecidos constituísse uma tradição, não foi registrado predomínio marcante de estudos voltados para as camadas populares. Hoje, o número de historiadores ligados à academia ainda prevalece, embora também tenham entrado em cena pesquisadores vinculados a órgãos da administração pública e entidades de classe, além de arquivistas. Há um aumento na produção de estudantes de graduação, mestrado e doutorado, e também no número de estudos voltados para as camadas populares.

De acordo com Portelli (2002) a história oral brasileira hoje está situada num contexto histórico e social em que a relação com uma pluralidade de culturas orais, tanto tradicionais como urbanas e contemporâneas é muito mais intensa e comum do que na Europa e na América do Norte, o que lhe confere uma dimensão intrinsecamente interdisciplinar, em que História, Antropologia, música, folclore e etnografia se entrelaçam de tal maneira que não é mais possível definir os tradicionais limites entre as disciplinas.

Isso tudo desenha um quadro animador para a história oral no Brasil: trata-se de uma área de pesquisa que se projeta, ganha novos adeptos, multiplica seus temas. Há, no entanto, um ponto que é motivo de preocupação: o caráter ainda limitado da reflexão e da discussão metodológica, a despeito dos inegáveis avanços alcançados, desde as primeiras experiências conduzidas nos anos 1970 no CPDOC (Ferreira e Amado, 2001).

SOBRE O *STATUS* DA HISTÓRIA ORAL

De acordo com Bom Meihy (1996) houve época em que a história oral não era bem aceita pela comunidade intelectual de vários países. Então, alguns autores retraçaram o trajeto da oralidade, remontando uma genealogia baseada no pressuposto de que os primeiros historiadores, como Heródoto, o pai da História, estabeleceram a participação pessoal, o testemunho como a base para descrever a verdade do que se via. Pode-se dizer que o método de Heródoto foi a base para o ramo de história oral conhecida por história oral pura, ou seja, aquela que trabalha exclusivamente com depoimentos colhidos pelo contato direto com documentos feitos, em todas as fases, pelos próprios oralistas.

Tucídides duvidava do método de Heródoto. Achando impossível definir a “verdade” simplesmente pela observação e pelos depoimentos colhidos diretamente, preferia não confiar na memória, que achava “falível” e, em muitos casos, dependendo das simpatias dos depoentes, “partidária”. O método tucidiano consistiu em proceder a exames que combinavam

testemunhos com outras fontes. Este critério – que não descartava os depoimentos – pode ser considerado como inspirador de outro ramo da história oral, conhecido por história oral híbrida (Bom Meihy, 1996).

O sentido testemunhal da história procedida pelos antigos equiparava o contato pessoal, a observação direta com a seleção de fatos feita pelo historiador. À medida que o distanciamento dos acontecimentos imediatos, e mais do que isto, a evocação de situações distantes se impunha, resultava a necessidade de credibilidade documental. O império romano, dada a vastidão territorial e a complexidade das culturas dominadas, exigiu uma burocratização que implicava, para o melhor controle e domínio, conhecimentos históricos. A história feita então não poderia ser mais apenas testemunhal (Bom Meihy, 1996).

Segundo Bom Meihy (1996), no século XIX, sob a orientação das correntes filosóficas do positivismo que sagrava o modelo científico como padrão para o saber, isto foi levado a um exagero extremo, permitindo que alguns intelectuais vislumbassem a possibilidade de elaborar história somente a partir de documentos escritos, posto que estes guardariam a verdade em si.

Prins (1992, p. 164) cita autores que, no extremo desta posição, ou seja, partindo do pressuposto de que, a menos que haja documentos, não pode haver história, declaram que a África não possuía história, “apenas evoluções sem sentido de tribos bárbaras”; a autora contrapõe a essa, a posição de outros autores que se opõem fortemente a essa opinião, mostrando que “onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica” (Vanzina, 1985 apud Prins, 1992, p. 165).

Sempre que se fala em história oral, portanto, há uma discussão historiográfica que diz respeito à qualificação do elemento essencial desta matéria, ou seja, a palavra dita. O significado do prestígio dominante da palavra escrita sobre a oral impôs uma guerra entre estes códigos e o grafado foi dividindo a sociedade em alfabetizados e não-alfabetizados. Desde os primeiros tempos, começando pelos egípcios, a palavra escrita passou a ganhar valor em detrimento da oral, que passava a ser recurso vulgar. Na Idade Média, com os monges copistas, isto se tornou mais óbvio. A partir da descoberta da imprensa, a validade do escrito sobrepujou, e muito, tudo o que era dito. No século XIX as ciências e a literatura apoiaram-se na palavra grafada para centrar nela sua credibilidade. Esse trajeto implicou uma espécie de ditadura da palavra escrita que contrasta, até hoje, com a fragilidade da palavra oral (Bom Meihy, 1996).

Segundo Janotti (1996), a esta epistemologia opuseram-se historiadores franceses e ingleses, propugnando, em meados do século XX por uma “Nova História”, livre de cânones rígidos, em que a história do presente, do cotidiano e da experiência individual adquiriu significativa importância. Muito contribuiu para esta inovação o pensamento dos intelectuais da chamada “Escola de Frankfurt”. O tema da memória, juntamente com o da cultura, passou a ser para os historiadores um desafio e motivo de renovada criação.

Desde então, muita discussão tem sido realizada a respeito do *status* da história oral. Alguns argumentam ser a história oral uma **técnica**; outros, uma **disciplina**; e outros, ainda, uma **metodologia** (Ferreira e Amado, 2001).

Os defensores da **história oral como técnica** interessam-se pelas experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo, etc. Alguns defensores dessa posição são pessoas envolvidas diretamente na constituição e conservação de acervos orais; muitos são cientistas sociais cujos trabalhos se baseiam em outros tipos de fontes (em geral escritas) e que utilizam as entrevistas de forma eventual, sempre como fontes de informação complementar. A essas pessoas, entretanto, somam-se as que efetivamente concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica (Ferreira e Amado, 2001).

Para Ferreira e Amado (2001), os que atribuem à **história oral um status de disciplina**, baseiam-se em argumentos complexos e às vezes, contraditórios. Todos, entretanto, parecem partir de uma idéia fundamental: a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos; esse conjunto, por sua vez, norteia as duas outras instâncias, conferindo-lhes significado e emprestando unidade ao novo campo de conhecimento.

E quais conceitos, idéias, características e direções integrariam a história oral, permitindo-lhe conferir o *status* de disciplina? Para Mikka (apud Ferreira e Amado, 2001):

- O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória; isso leva o pesquisador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como por exemplo, as relações entre escrita e oralidade, memória e história ou tradição oral e história;
- O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, prisioneiros, loucos... Essa característica permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos;
- Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, levando o pesquisador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito-objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação;
- A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, legitimadas como fontes, incorporando elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque relacionados tradicionalmente apenas a indivíduos – como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano;
- A história do tempo presente, perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas;
- Na história oral, o objeto de estudo é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes; a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes;
- O fato de a história oral ser largamente praticada fora do mundo acadêmico pode gerar tensões, pois as perspectivas e modos de trabalho de acadêmicos e não acadêmicos diferem muito; porém, essa pluralidade (uma das marcas da história oral em todo o mundo) quando aceita, pode gerar um rico diálogo.

Ferreira e Amado (2001), por sua vez, são defensoras da **história oral como uma metodologia**. As autoras aceitam em linhas gerais as idéias de Mikka (apud Ferreira e Amado, 2001), mas não reconhecem na história oral uma área de estudos com objetivo próprio e capacidade de gerar, no seu interior, soluções teóricas para as questões surgidas na prática – assim, ela não poderia ser considerada uma disciplina. Para expressar essa idéia, Trebitsch (1994, p. 19) cita uma frase de Louis Starr ao caracterizar o que vem a ser a história oral: “mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina”.

Na opinião de Ferreira e Amado (2001) a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho. Esse é o terreno da história oral – o que não permite classificá-la unicamente como prática.

Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de *suscitar*, jamais de *solucionar* questões; formula as perguntas, porém, não pode oferecer as respostas.

As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na teoria, seja na teoria da História ou oriundas de outras disciplinas, como a Filosofia, a teoria sociológica, a teoria psicanalítica. Seja qual for a disciplina a que se recorra, o pesquisador encontrará nela os encaminhamentos para suas questões, já que é ela que tem a capacidade de pensar abstratamente questões oriundas da prática, filtradas pela metodologia, produzindo conceitos que iluminam sua compreensão (Ferreira e Amado, 2001).

A visão do pesquisador sobre essas questões faz uma colossal diferença em como a história oral será desenvolvida numa dada pesquisa. Se considerada apenas como uma técnica, sua preocupação se concentrará exclusivamente em temas como organização de acervos, realizações de entrevistas, etc., que são temas em si relevantes, mas muito aquém das possibilidades da história oral (Ferreira e Amado, 2001).

Se vista como disciplina, há dois caminhos: esquecer as questões exclusivas da teoria, deixando de abordá-las no trabalho, ou tentar encontrar respostas para elas apenas no âmbito da história oral. No primeiro caso, o resultado serão os numerosos trabalhos “chãos”, com conclusões óbvias – porque coladas aos dados das entrevistas, sem possibilidade de elaboração teórica, que se limitam a reproduzir as palavras dos entrevistados, mas não conseguem problematizar qualquer aspecto da pesquisa. No segundo caso – buscar respostas teóricas no âmbito da história oral – o resultado é mais danoso, uma vez que não é possível explicar algo sem meios adequados para fazê-los. Ou seja, explicar questões teóricas pela via da metodologia (Ferreira e Amado, 2001).

Em consonância com a posição defendida por Ferreira e Amado (2001), consideramos também a história oral como uma metodologia, capaz de orientar e sistematizar a busca de respostas aos problemas de pesquisa definidos a partir de um referencial teórico. E como metodologia de pesquisa, tem como principal técnica, a entrevista de história oral.

A ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL

Ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, a história oral é considerada como fonte relevante para a compreensão da realidade. E as entrevistas constituem a base da história oral.

Na descrição de Lang (1996), as entrevistas de história oral consistem em um processo de conversação entre o pesquisador e o narrador, no qual o indivíduo é a fonte dos dados – ele conta sua história ou dá o seu depoimento – mas não constitui ele próprio, o objeto do estudo; a matéria prima para o trabalho do pesquisador é a narrativa do indivíduo entrevistado; é por meio dela que o pesquisador tenta apreender as relações sociais em que o fenômeno relatado e seu narrador estão inseridos.

Alberti (2002) argumenta que a narrativa é um dos principais alicerces da metodologia de história oral, que pressupõe a gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, instituições e modos de vida da história contemporânea. Ao contar suas experiências, o entrevistado seleciona e organiza os acontecimentos de acordo com seus referenciais do tempo presente, imprimindo-lhes um sentido e transformando aquilo que foi vivenciado em linguagem. As entrevistas de história oral revelam o trabalho da linguagem em cristalizar imagens que remetam a, e que signifiquem novamente, a experiência. Esses relatos do passado, na opinião de Alberti (2002, p. 2), tornam as entrevistas especialmente ricas. A propósito disso, ela cita o historiador Lutz Niethammer, para quem “as histórias dentro da entrevista são o maior tesouro da história oral porque nelas se condensam esteticamente enunciados objetivos e de sentido”.

Alberti (2002, p. 2) destaca, contudo, que “uma entrevista contém não apenas histórias dentro dela, mas também análises e avaliações do passado e do presente, silêncios, interditos e toda uma série de elementos que podem informar sobre visões de mundo e elaborações subjetivas”. E lembra que, “quando nos deparamos com ‘boas histórias’, histórias exemplares que se prestam muito bem a serem citadas, é porque seu sentido está coagulado à forma; seu significado se compreende à medida que se desenvolve a própria narrativa, e não quando se pode traduzi-las por uma ‘moral’ ou reduzi-las a um conceito”. Portanto, Alberti (2002) propugna as potencialidades da história oral como método de pesquisa para a ampliação do conhecimento sobre o passado, tomando como ponto privilegiado de análise a questão da narrativa, não apenas como o relato de uma ação no tempo, mas também como o trabalho da linguagem em produzir racionalidades.

O que é a entrevista de história oral

A entrevista de história oral deve ser vista como uma das etapas do projeto. A partir da definição do tema e da realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, deve-se elaborar um roteiro geral/temático, amplo e abrangente, para ser utilizado em todas as entrevistas. A aplicação desse roteiro não deve ser feita de forma rígida, uma vez que cada entrevista tem sua própria dinâmica, em cada uma caberão perguntas diferentes, e porque muitas questões emergirão normalmente do próprio discurso do depoente (Freitas, 2002). Porém o roteiro pode ajudar a garantir uma certa unidade dos documentos produzidos nas transcrições, além de guiar os pesquisadores, para que questões consideradas importantes sejam efetivamente abordadas pelos entrevistados.

Segundo Bom Meihy (1996), a entrevista é composta de pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. A pré-entrevista corresponde à etapa de preparação do encontro com o entrevistado, no qual o pesquisador se apresenta, expõe as informações sobre seu projeto de pesquisa e situa a colaboração do entrevistado, explicando, inclusive, as indicações de como chegou até o seu nome. Nessa etapa a entrevista é agendada, sempre de acordo com a conveniência do entrevistado – local, data, horário. Nesse momento o entrevistado também deve ser consultado sobre a concordância em que seu depoimento seja gravado. Esse primeiro contato, de apresentação e convite normalmente acontece por telefone.

Antes do início da entrevista o gravador deve ser testado, bem como as fitas a serem utilizadas. Para Montenegro (1994), no início da entrevista deve haver uma conversa de esclarecimento com o entrevistado para que este compreenda por que, para que, e para quem ele está registrando suas memórias. Também, antes de começar a entrevista, deve-se assegurar ao entrevistado o direito de não falar sobre o que não lhe for conveniente, bem como de solicitar o desligamento do gravador quando considerar oportuno ou mesmo suprimir trechos da entrevista gravada.

Na hora de começar a entrevista, deve-se gravar o nome do projeto, data, local, horário e nome do entrevistado. Alguns pesquisadores preferem preencher uma ficha com o nome completo, data e local de nascimento, endereço atual e data em que a entrevista está sendo realizada. A experiência destas autoras recomenda que, ao final da entrevista, solicite-se ao entrevistado autorização para utilizar suas falas e para analisar o conteúdo de sua entrevista; essa autorização ficará gravada e será transcrita como parte da entrevista. Montenegro (1994), ao contrário, recomenda que o entrevistador solicite, por escrito, autorização para divulgar a entrevista; neste caso, caberá ao entrevistado decidir se assina essa autorização ao final da entrevista ou apenas após a transcrição da mesma.

O tempo de duração da entrevista é um aspecto importante a ser cuidado. No caso da entrevista de história oral temática, o tempo demandado não deve ser muito longo, uma vez que existem questões que delimitam o foco da entrevista. Contudo, existem situações em que

o entrevistado necessita de mais tempo para elaborar suas memórias; nesse caso, se ambos, entrevistado e entrevistador julgarem necessário, recomenda-se que novas datas, horários e locais sejam marcados, para dar continuidade ou concluir a entrevista. Também as entrevistas de história de vida costumam exigir mais tempo. Bom Meihy (1996) sugere que, nesses casos, se utilize a divisão cronológica do trajeto existencial do entrevistado para organizar as partes do depoimento (em uma seção tratar da infância, em outra da adolescência, em outra na questão central que motivou o encontro e assim por diante).

Ainda sobre as entrevistas que não são concluídas em um só encontro, Bom Meihy (1996) adverte que o narrador, de um dia para outro, pode elaborar suas versões e assim perder a naturalidade, construindo versões distanciadas das primeiras. Outra possibilidade destacada pelo autor é o narrador querer mudar aspectos relatados no encontro anterior.

Outra questão relevante apontada por Montenegro (1994) diz respeito ao trabalho de rememorar, que se estabelece através do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Segundo ele, o entrevistador deverá colocar-se na postura de “parteiro das lembranças”, facilitador do processo de resgatar as marcas deixadas pelo passado na memória. O autor enfatiza que um dos postulados fundamentais, que deve balizar todo profissional que se disponha a trabalhar com a memória, registrando-a através de entrevistas, é o fato de que a fala do entrevistado deve ser absolutamente respeitada. Ao entrevistador cabe a obrigação profissional e ética de ouvir tudo que é descrito com a maior atenção, consciente de que o entrevistado não deve ou não tem obrigação de atender a quaisquer que sejam as expectativas teóricas ou metodológicas da pesquisa que se realiza. Cabe ao pesquisador procurar conhecer ao máximo a história em que a memória em tela foi construída, pois assim terá muito mais condições de compreender a fala do entrevistado, assim como de intervir nos momentos que considerar necessários.

As perguntas devem ter sempre um caráter descritivo e evitar qualquer indução ou juízo de valor. As perguntas devem ser curtas e evidenciar para o entrevistado que o fundamental são as descrições que este realiza ao respondê-las. É importante não fazer perguntas extensas e analíticas porque facilmente se perderá a perspectiva de resgate da memória. Contudo, o entrevistador deve interferir quando alguma passagem não lhe parece clara, ou quando algum aspecto lhe tenha chamado especial atenção. Nesse momento, as perguntas devem fundar-se na busca de maiores detalhes quanto ao que está sendo contado, ou seja, “Como? Quando? De que forma? Para quê?” (Montenegro, 1994).

Há, ainda, outro aspecto com que o entrevistador deve aprender a conviver – o silêncio. Diversas vezes o entrevistado se faz calado; são momentos de profunda introspecção. Montenegro (1994) sugere que o entrevistador acompanhe esses momentos, aguardando um gesto, um olhar, um sinal do entrevistado para que retome a entrevista. Ele alerta, também, para a necessidade de se estabelecer um clima de interesse e tranquilidade, mesmo que o que esteja sendo contado possa, eventualmente, não atender a qualquer objetivo do pesquisador. Muitas vezes, fatos e detalhes considerados de pouca monta se tornam, no conjunto de outras entrevistas, profundamente significativos, abrindo novas perspectivas de estudo e análise.

Freitas (2002) acrescenta um aspecto que considera relevante – saber ouvir. Para ela saber ouvir é a característica fundamental do oralista. Entretanto ela faz uma ressalva: o entrevistador não é passivo e nem neutro, na medida em que, com suas perguntas, ele participa e dirige o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas e introduz questões a serem abordadas pelo entrevistado. O documento final, portanto, é o resultado de um diálogo entre pesquisador e pesquisado.

A respeito dos estímulos, Montenegro (1994) distingue entre a memória voluntária, que pode vir à tona por estímulos diretos, e a memória involuntária. Ele aponta para a força da memória involuntária e afirma que estímulos os mais diversos desencadeiam processos de associação e de rememoração que fogem ao controle efetivo do entrevistador. Por isso, sugere

desenvolver sempre a entrevista a partir da história de vida, o que possibilita extenso campo de estímulos involuntários e de associações.

Outro estímulo que muitas vezes pode ajudar o entrevistado a acrescentar novos detalhes ou mesmo a resgatar outras memórias de algum tema sobre o qual esteja dissertando é a repetição, pelo entrevistador, da última frase dita pelo entrevistado. Ou utilizar expressões como: “ah, foi assim?”. Essa é uma técnica informal, que normalmente é utilizada em qualquer conversa, e poderá servir como motivação para o entrevistado acrescentar novos detalhes ao que está sendo narrado ou evocar outras memórias referentes ao assunto. No caso da entrevista estar sendo realizada com pessoas idosas, após a narração do entrevistado, o entrevistador poderá usar expressões como “e a greve tal?”, “e a Segunda Guerra?”, “e a Revolução tal?” para resgatar aspectos específicos que não foram abordados ou foram de maneira superficial (Montenegro, 1994).

A experiência do pesquisador como entrevistador é um fator importante na condução das entrevistas. Aliadas à intuição e à sensibilidade, a experiência possibilita atingir um grau de empatia e cumplicidade com os entrevistados de modo a estabelecer o diálogo e a interação (Freitas, 2002).

Ao final da entrevista aconselha-se a fazer um “contrato” com o entrevistado, no qual fiquem estabelecidos os procedimentos visando a utilização da transcrição – direta, sem revisão ou com devolução ao depoente para correções, complementações, alterações, ou supressão de palavras, frases ou trechos. Bom Meihy (1996) lembra que, após o encerramento da gravação pode acontecer do depoente lembrar de algo importante, que não ficou gravado na fita. Nesse caso, recomenda-se que o pesquisador solicite autorização para incluir essas observações no texto.

A transcrição da entrevista e suas formas

A transcrição é a etapa do processo de história oral que corresponde à mudança do estágio da gravação oral para o escrito. Bom Meihy (1996) afirma que existem dois tipos de transcrição. Há grupos de profissionais que defendem a transcrição absoluta ou “tradicional”, que significa a passagem completa dos diálogos e sons como foram captados, incluindo ruídos, barulhos independentes da entrevista, como campainhas, telefones, risos, e até mesmo os erros de linguagem.

Para Bom Meihy (1996), considerar a transcrição palavra por palavra como realidade da narrativa é um mito, uma vez que há entonações, palavras de duplo sentido, lágrimas, pausas significativas, gestos e todo o contexto do ambiente que não ficam gravados. Para ele, a entrevista deve ser editada, e o que deve vir a público é um texto trabalhado, em que a interferência do pesquisador seja clara e dirigida à melhoria do texto.

Dessa forma, para Bom Meihy (1996, p.58), a transcrição literal seria uma primeira etapa da transcrição: “acervo fraseológico e a caracterização vocabular de quem contou a história devem permanecer indicados”. Entretanto ele propõe outras duas etapas no trabalho de transcrição – a textualização e a transcrição.

A textualização é um estágio mais graduado na feitura de um texto de história oral. Consta dessa tarefa a reorganização do discurso obedecendo a estruturação requerida para um texto escrito. Nessa etapa anula-se a voz do entrevistador e são suprimidas as suas perguntas, que são fundidas nas respostas. O texto passa a ser predominantemente do narrador, que figura como personagem única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa. Além de possibilitar textos mais agradáveis, este recurso aumenta o envolvimento do leitor (Bom Meihy, 1991). Além disso, nessa etapa, Bom Meihy (1996) recomenda que palavras-chave sejam grifadas e, juntamente com a reorganização cronológica da entrevista, seja dada uma lógica ao texto.

A última etapa seria a transcrição, na qual, evocando pressupostos da tradução, o texto é recriado em sua plenitude. Bom Meihy (1996) afirma com isso, que há realmente interferência do autor no texto. E acrescenta que “o fazer do novo texto permite que se pense a entrevista como algo ficcional (...), com isso valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo” (Bom Meihy, 1991, p. 31). Ainda afirma que entrevistas reeditadas são trabalhosas e que no trabalho ocorrem situações variadas, não raro a complementação de palavras e frases que não foram mais que insinuadas. Adverte, contudo, que, usando esse procedimento, uma atitude se torna vital: a legitimação das entrevistas por parte dos depoentes.

Cabe, contudo, enfatizar que essa posição de Bom Meihy (1991; 1996) não corresponde ao consenso sobre a maneira de realizar transcrição em história oral. Existem formas alternativas que não correspondem nem à transcrição absoluta nem à transcrição. Experiências destas autoras indicam que, quando se vai trabalhar com entrevistas de história oral sem a publicação das mesmas, na íntegra, é suficiente trabalhar com transcrições completas, fazendo menção a interrupções, eventos que interferiram na entrevista e a momentos de emoção, risos ou gestos mais significativos.

POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA ORAL NA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Como comentado anteriormente, no Brasil, sobretudo na última década, a história oral tem se desenvolvido acentuadamente em centros de pesquisa e universidades de todas as regiões do país, havendo uma gama muito grande de projetos que a utilizam como metodologia de pesquisa. Alberti (2002) destaca que novos cortes teórico-metodológicos, como por exemplo, a ênfase nos estudos biográficos e a discussão de conceitos como identidade, gênero, imaginário etc., têm possibilitado, além de uma aproximação cada vez mais estreita da História com outras disciplinas, a apropriação de novas fontes historiográficas. Nesse cenário, destacam-se diversas modalidades de emprego da história oral: em documentários, conjugando fontes orais e visuais e no ensino, constituindo sempre uma forma de ampliação do conhecimento sobre as formas de conceber e elaborar o mundo, entre outras.

Para Bom Meihy (1996), a tradição disciplinar de áreas como a Sociologia, a Antropologia, a História e a Psicologia, que sempre trabalharam com depoimentos temáticos e histórias de vida, e que de início mantinham seus exclusivismos metodológicos, foi, recentemente, atenuando fronteiras. Isto acabou por possibilitar aproximações entre campos que utilizam as entrevistas e, de certa forma, foi viabilizando que, sem bordas estabelecidas, tudo que se relacionasse com gravações fosse colocado no denominador comum da “história oral”.

Contudo, mesmo com as fronteiras disciplinares perdendo seus exclusivismos, e com as discussões sobre história oral avançando já sob a luz do debate multidisciplinar, cada campo do conhecimento, na hora de usar os depoimentos, nega-se a deixar suas tradições disciplinares. De qualquer forma, para Bom Meihy (1996) é possível afirmar que história oral tornou-se um importante denominador comum para todos os que se aventuram na seara que envolve entrevistas, gravações, arquivamentos, diálogos multidisciplinares.

Dentro dessa diretriz de potencializar a utilização da entrevista de história oral como método, numa visão de multidisciplinaridade, pode-se incluir a Administração nesse conjunto de disciplinas. Tendo por parâmetro o grande número de pesquisas e levantamentos que vêm sendo feitos na pesquisa em Administração, utilizando a técnica da entrevista gravada, é possível inferir, em primeiro lugar, que parte dessas entrevistas seja de história oral que têm sido feitas sem que se atribua a elas essa denominação e possivelmente sem seguir os

preceitos que regem sua execução, o que as tornariam mais robustas do ponto de vista metodológico.

Quando vamos a campo realizar entrevistas em profundidade, e levantamos, de nossos entrevistados, aspectos de suas experiências, visões, interpretações, memórias, opiniões, seu entendimento sobre um assunto, seus pensamentos, idéias, emoções, sentimentos, percepções, comportamento, práticas, ações, atividades, interações, crenças, compromissos, produtos, relacionamentos etc., como fonte de dados, com certeza estamos trabalhando com fenômenos que têm muito a revelar sobre a realidade social e que têm tudo a ver com a história oral.

Em segundo lugar, é possível afirmar que a pesquisa qualitativa em Administração poderia ser ainda mais enriquecida por meio da adoção da história oral. O argumento é de que, se a pesquisa em Administração pode valer-se da abordagem historiográfica como método, especialmente o enfoque da Nova História (Curado, 2001) e da biografia das organizações como método de pesquisa organizacional (Salama, 1992), pode ser ainda mais enriquecida por meio da utilização da metodologia da história oral. Isto porque a história oral é uma história do presente e tem como pressuposto que o passado tem continuidade hoje, ou seja, o passado está na vida presente das pessoas. Como grande parte da vida das pessoas acontece dentro das organizações, é na maneira como se institui o passado que se criam as condições imaginárias para definição dos projetos das pessoas dentro das organizações.

Uma questão importante é que a história oral possibilita captar as experiências elaboradas por indivíduos pertencentes a categorias sociais cujas percepções e intervenções geralmente são excluídas da história oficial e da documentação oficial das organizações, deixando registrada sua visão de mundo, suas aspirações e utopias e, conseqüentemente, aquelas do grupo social ao qual pertencem. A história oral tem condições de recuperar a visão das pessoas comuns dentro das empresas - os trabalhadores, os operários, trazendo à tona as “memórias subterrâneas”, de grupos excluídos do processo decisório, que de outra forma não poderiam ser levadas em conta, nem fazer parte da História. Pode ser vista como um modo de construir o conhecimento e reconstituir a identidade e a história recente desses grupos diante dos processos sociais internos às organizações e do processo de globalização.

Os relatos pessoais, que constituem a matéria prima da história oral, consistem numa forma de verificar a liberdade de que as pessoas dispõem e para se observar como funcionam concretamente os sistemas normativos das empresas. Eles possibilitam que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial – os “atores anônimos” - possam ser ouvidos; e ao focalizar suas memórias pessoais, é possível construir também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do seu grupo social, manifestando evidências de uma memória coletiva e deixando registrada sua visão de mundo.

Bom Meihy (1996, p. 9) atribui ainda, à história oral, o caráter de denúncia e porta-voz de injustiças. Segundo ele “(...) com isto não se está afirmando que a história oral de elite não tenha valor. Tem sim, terá mais, porém, se conviver com outros grupos”. A importância disso é que o indivíduo que conta sua história ou dá o seu relato de vida, não constitui ele próprio, o objeto de estudo; o relato é que constitui a matéria prima para o conhecimento sociológico que busca, através do indivíduo e da realidade por ele vivida, apreender as relações sociais em que se insere sua dinâmica. Portanto, através das percepções individuais pode-se chegar ao nível das relações sociais (Lang, 1996, p. 37) e de questões organizacionais estratégicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vista inicialmente como uma contra-história, uma história contra a tradição positivista, a história oral tinha como ideal reconciliar o saber com o povo, assumir um projeto de democratização da história, propondo-se a devolver a palavra ao povo, ao rural, ao primitivo.

Como história quente, militante, história dos excluídos, em que o oral se opõe ao escrito, como a natureza à cultura, o vivenciado ao concebido, o verdadeiro ao artificial, a história oral construiu sua identidade sobre um sistema de antinomias, das quais decorrem os seus princípios metodológicos – uso da pesquisa de campo e da observação participante e abertura interdisciplinar para as demais Ciências Sociais (Trebitsch, 1994).

Entre os anos 60 e 70, nos Estados Unidos, teve como foco além dos combatentes de guerra, o mundo dos *outsiders*, dos imigrantes, dos delinqüentes, ladrões, prostitutas e gângsteres; a Guerra do Vietnã, os excluídos, a *community history*. Na Europa voltou-se às “histórias das aldeias”, aos estudos de dialetos, à tradição oral, à “cultura do pobre” e à formação da classe operária inglesa. Esses estudos desembocaram na “nova história social”, que abarcou o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores, da família, das mulheres, dos lazeres, da cultura (Trebitsch, 1994).

Na Itália e na Alemanha predominava a perspectiva militante, diante do fascismo e do nazismo, com pesquisas sobre as classes populares, os militantes políticos, os operários das fábricas, os camponeses, os expulsos e os refugiados, a memória de guerra, o “mundo dos vencidos” e a crítica à cultura das elites. Essa vertente resultou na “outra história”, “vista de baixo”. Uma história do cotidiano, cuja função social e política implica a “solidariedade compreensiva” dos pesquisadores e dos seus objetos, e resulta em uma teoria de ação e construção do social (Trebitsch, 1994).

No caso da França, com uma influência muito tênue dos eventos de maio de 1968, o foco situou-se na tentativa de dar palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas. Surge o apelo da vivência, do indivíduo no cotidiano, da família, da sexualidade, do nascimento e da morte, que vai resultar na busca de identidade e na nostalgia passadista, na moda do biográfico e no retorno às raízes (Trebitsch, 1994).

A partir dos anos 80 a história oral que era, até então, utilizada por uma geração de pesquisadores marginalizados, com trajetórias atípicas, ganha legitimidade entre as ciências históricas, se institucionaliza e se internacionaliza, passando a ser utilizada no Canadá, no Brasil, na Europa Central e Oriental. As preocupações militantes foram aos poucos dando espaço às preocupações metodológicas e a história oral passou a estabelecer uma interface cada vez maior entre memória e história cultural e com outras disciplinas.

Embora ao longo dos anos a pesquisa nas Ciências Sociais, tenha sido fortemente marcada por estudos que valorizavam a adoção de métodos quantitativos na explicação dos fenômenos de seu interesse, atualmente ela tem lançado mão cada vez mais de abordagens qualitativas de investigação. E se dentro das Ciências Sociais, os métodos qualitativos de pesquisa foram tradicionalmente utilizados mais pelos antropólogos e sociólogos, nos últimos anos eles começaram a ganhar um espaço reconhecido também em outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Educação e a Administração.

No caso da pesquisa em Administração, ela privilegiou, durante longo período, as análises construídas a partir de documentos e registros elaborados pelas classes dominantes. Observa-se, contudo, novas tendências no sentido de resgatar as perspectivas de análise de indivíduos que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho registrado.

No âmbito desse interesse inovador da nova geração de pesquisadores em organizações é que cabe a oportunidade de incentivar a utilização da história oral temática na pesquisa em Administração, como forma de exercitar novas abordagens e ângulos de análise e enriquecendo as possibilidades de trabalhar qualitativamente. Ao levantar as percepções de diferentes participantes das organizações sobre os temas que dizem respeito à pesquisa em Administração, porque não aceitar a sugestão de Freitas (2002) que questiona se não seria melhor, então, ir à origem e destino de toda fonte histórica, ao próprio homem, simultaneamente protagonista e autor das narrativas da experiência humana? Segundo a

autora, é exatamente isto que a história oral faz: recorre aos personagens vivos para contar a história do presente. Dessa forma, a História, antes relegada ao passado, ganha um gigantesco campo de ação – o contemporâneo; caberia, portanto, complementar essa ponderação, sugerindo que a pesquisa organizacional, antes afastada da História, ganha uma relevante contribuição metodológica: a história oral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral (Proposta de Simpósio Temático apresentada à Associação Nacional de História – ANPUH, com vistas à participação no XXII Simpósio Nacional de História, a se realizar em João Pessoa, PB, 27 jul-01 ago de 2003). **Boletim Eletrônico da ABHO** – Especial N° 1, nov. 2002

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Canto de morte Kaiowá** – história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996a. 342 p.

CURADO, Isabela. Pesquisa historiográfica em Administração: uma proposta metodológica. In: XXV ENANPAD – Encontro Anual dos Programas de Pós-Graduação em Administração realizado em Campinas de 16 a 19 de setembro de 2001. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD. CD-ROM

FERREIRA, Marieta de Moraes. história oral e tempo presente. In: BOM MEIHY, José C. Sebe (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. 277 p.

FREITAS, Sônia. **história oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas; I.O.E., 2002. 143 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001. 277 p.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. história oral: Muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória** – a cultura popular revisitada. 3^a ed. São Paulo: contexto, 1994. 153 p.

PORTELLI, Alessandro. Apresentação. In: FREITAS, Sônia. **história oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas; I.O.E., 2002. 143 p.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. 354 p.

SALAMA, Alzira. The use of na organisation's biography as a research method for investigating organisational development. **Management Education and Development**, v. 23, part 3, 1992, p. 225-233

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.